

lixo tóxico

* 6 MAI 2003

Comissão aprova projeto

PROPOSTA DE ARLETE SAMPAIO CRIA NORMAS PARA A COLETA E O DEPÓSITO DE PILHAS E BATERIAS USADAS. OBJETIVO É EVITAR DANOS AO MEIO AMBIENTE E RISCOS À SAÚDE

Leonícia Grécia

A Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente da Câmara Legislativa aprovou, ontem pela manhã, o projeto de lei 83/2003, da deputada Arlete Sampaio (PT), que determina condições específicas para a coleta e o destino de pilhas e baterias usadas no Distrito Federal.

O projeto teve a aprovação unânime dos deputados Rôney Nemer (PTB), presidente da Comissão; Chico Floresta (PT); e Eliana Pedrosa (sem partido). Eles destacaram a importância de se tomarem medidas necessárias pelo poder público para o expurgo desses materiais tóxicos, de modo a não prejudicar o meio ambiente e a não causar riscos à saúde da população.

Agora, o projeto vai passar por outras comissões permanentes. Depois disso, irá a plenário para votação de todos os parlamentares. Se aprovado, o projeto segue para sanção do governador Joaquim Roriz, que deverá providenciar as condições previstas na proposta para a coleta e armazenamento das pilhas.

Se tudo correr bem, a medida poderá estar valendo ainda este ano. Assim, deverá ser definido um local que funcionará como um depósito ou um lixão para as pilhas em desuso. "Com isso, queremos evitar que esse tipo de detrito, que é muito tóxico, possa poluir o meio ambiente e causar doenças nas pessoas", afirmou Arlete.



A Comissão de Meio Ambiente discutiu ainda projeto de lei que visa a proteger águas subterrâneas

A medida tem uma importância muito grande no DF, onde o consumo de pilhas e baterias é muito grande. Por falta de informação, as pessoas costumam jogar esse material, depois de usado, no lixo comum.

Assim, é muito comum ver nos lixões pilhas e baterias, materiais tóxicos que podem causar danos à saúde e problemas ambientais muito graves.

O projeto de lei 45/2003 do

deputado Izalci Lucas (PFL) que cria normas para a administração, proteção e conservação das águas subterrâneas de domínio do DF também esteve em discussão na pauta da reunião de ontem, mas não foi

votado porque o deputado Chico Floresta (PT) pediu vistas. "Precisamos avaliar melhor a proposta, pois existem outros projetos sobre o mesmo tema em tramitação na Casa", justificou deputado petista.